

AS RAÍZES DO INTERVENCIONISMO ESTATAL E DO PROJETO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO¹

Marcelo Gonçalves Marcelino²

- Enviado em 14/09/2015
- Aprovado em 21/10/2015

RESUMO

O presente artigo procura recuperar o processo de construção da fase desenvolvimentista brasileira e o tardio projeto paranaense em termos de planejamento econômico e social na sua fase inicial de elaboração; lembrando que o social raramente esteve presente nas prioridades das políticas públicas específicas dessa conjuntura. A denominada revolução burguesa de 1930 capitaneada por Getúlio Vargas tornar-se o marco nas transformações na base da infraestrutura econômica brasileira guiada pelo motor da industrialização a partir das políticas de Estado. No caso paranaense o projeto desenvolvimentista regional começa a ser pensado apenas no final do governo de Bento Munhoz, quando surgem os estudos do PLADEF (Comissão de Coordenação do Plano do Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná) em meados dos anos de 1950. Como essas transformações ocorreram ao longo dessa trajetória e como esse projeto costurou-se em termos de articulação política e econômica no Paraná no seu início; que transita entre o arcaico e o moderno, passa a ser o desafio a ser conhecido a partir dessa abordagem.

Palavras-chave: Intervencionismo. Desenvolvimentismo. Industrialização.

INTRODUÇÃO

A oligarquia tradicional colonial passou por diversas etapas de mudança e adaptação principalmente a partir de meados do século XIX com a eclosão potencial e dinâmica da Segunda Fase da Revolução Industrial, e que influenciou a periferia com o deslocamento cada vez maior de uma enorme mudança tecnológica em curso e uma avalanche de acumulação de capital comandada pelo capitalismo financeiro, já ensaiando uma repercussão em nível internacional (mundial). As oligarquias primário-exportadoras como as do Brasil tiveram que se adaptar as exigências das

¹ Dissertação defendida em 2011. A versão completa não se encontra disponível na Biblioteca Digital da UFPR.

² Graduado em Ciências Econômicas, especialista em Sociologia Política, mestre e doutorando em sociologia, todos pela UFPR.

economias centrais no que tange ao impacto das relações de troca e o deslocamento intenso do fluxo de capitais na transição de um capitalismo competitivo e comercial para um capitalismo monopolista de maior envergadura.

O impacto dessas mudanças em níveis estrutural, funcional e histórico foi muito mais profundo e irradiador de alterações nos países periféricos, incluindo o Brasil do que evidentemente nos ditos países centrais de economias muito mais dinâmicas e acostumadas com saltos quantitativos e qualitativos, mesmo porque, esses países pela sua compreensão histórica e cultural sobre a importância estratégica e potencial de seu lugar no mundo tendem a se adaptar muito mais facilmente as contingências inovadoras. A existência de uma burguesia mais solidamente implantada pela sua própria raiz histórica permitiu que as passagens entre as várias modalidades de estrutura capitalista e seus modos aprimorados de inserção fossem sendo construídas ao longo das revoluções política e econômica.

A transição entre o Império e a República e as mudanças no capitalismo global impuseram mudanças quanto à configuração e a harmonização de interesses em relação à burguesia agrária dependente. O sistema colonial com seu núcleo de poder fechado teve que se abrir e adaptar as novas condições impostas pelo padrão que fundia interesses entre os capitais industrial, financeiro, comercial e agrário.

As oligarquias sofreram fortes impactos que a enfraqueceram, principalmente a partir da queda do Império e da derrota na revolução de 1932. Esses acontecimentos contribuíram para depurar as elites tradicionais, inclusive as mais recentes que ascendiam ao novo Estado burguês, mas ao mesmo tempo, não foram suficientes para constrar o ímpeto da continuidade e reprodução da classe dominante, agora metamorfoseada. Significa dizer que os grupos dominantes não sucumbiram às pressões políticas e econômicas internas do capitalismo monopolista em gestão e dos mecanismos de integração impostos pelas economias centrais. Houve um rearranjo na definição das articulações políticas que cabia a esta burguesia colonial enquanto estava sendo processado um novo modelo de desenvolvimento, com a intenção de permanecer com pelo menos uma fatia do poder de decisão e influência na política e na economia brasileira.

Portanto, a oligarquia rural ou agrária enquanto parte tradicional da burguesia não foi totalmente suprimida da cena política brasileira, apesar da crise conjuntural profunda que abalou as bases de seu poder político e econômico ter enfraquecido a sua capacidade de requerer e influenciar as articulações junto ao poder político. A diminuição do poder político-econômico da aristocracia rural empurrou-a a fazer composições e concessões com outros grupos sociais, inclusive os de

ascensão recente na sociedade brasileira. Mesmo que a oligarquia agrária, da forma como a conhecíamos tivesse sofrido efetivamente uma drástica ruptura ela não desapareceu da cena política, mesmo porque, a sua cultura política permaneceu, já que essa elite transferiu padrões coronelistas e clientelistas de uma cultura política até hoje disseminada das mais variadas formas e lugares no Brasil.

De qualquer forma, a década de 1930 marcou a ruptura entre o Estado burguês tradicional do tipo oligárquico e o Estado burguês capitalista moderno que ascendia ao poder diante da revolução comandada por Getúlio Vargas. A derrota do poder oligárquico ocorreu em termos gerais pela aparição de novos atores sociais provenientes de uma economia comercial-industrial ascendente e da própria modificação nas estruturas sociais que surgem com a maior complexidade da sociedade devido ao avanço do processo de urbanização característico de economias que começam a se industrializar. Mas algumas marcas ainda permanecem, principalmente na maneira de fazer política do modelo anterior, pautado por hábitos e costumes que permanecem por gerações.

O desenvolvimento de um mercado interno mais robusto ocorreu em parte pela modificação no padrão primário-exportador com a entrada de novos agentes produtores de mercadorias e serviços, a intensa imigração de estrangeiros trazendo novas perspectivas de negócios e braços para o trabalho concomitante a abolição da escravatura, fez com que a população disposta a entrar no mercado de trabalho e novas demandas sociais e econômicas aumentassem consideravelmente.

Segundo Fernandes³:

O movimento global da transformação capitalista, sob as peripécias do capitalismo competitivo dependente, precisa, pois, ser analisados sociologicamente com extremo cuidado. Todos os processos básicos do desenvolvimento capitalista nas sociedades centrais se repetem (ou, seria melhor, se reproduzem, já que as condições econômicas, sociais e políticas são diferentes). As consequências desses processos, aos níveis estrutural, funcional e histórico, no entanto, são bem diversas. A existência de uma alta burguesia, solidamente implantada numa economia capitalista competitiva, bastante diferenciada e integrada; a formação de uma burguesia suficientemente numerosa para saturar os quadros de comando de tal economia e suficientemente forte para não se ver suprimida, economicamente, ou deslocada, politicamente, pela associação dependente; e o aparecimento de uma pequena burguesia cada vez mais volumosa e agressiva (em termos de competição de por riqueza, prestígio e poder), pelo menos nas metrópoles e nas grandes cidades – eis uma realidade humana que se torna chocante quando se considera a performance do desenvolvimento econômico sob o capitalismo competitivo dependente.

As frequentes crises econômicas ocorridas na economia exportadora, e que, aliás, alcançou seu apogeu nos anos da década de 1930 (Primeira Guerra Mundial, Depressão e Segunda Guerra Mundial) haviam revelado as limitações estruturais e o grau de dependência que a economia

³ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 250.

brasileira havia chegado, mas, ao mesmo tempo, mostraram as necessidades de ocorrerem mudanças profundas no que tange ao aparelhamento e a racionalidade do Estado burguês em ascensão rumo ao planejamento das diretrizes de um funcionamento de uma economia de mercado capitalista moderna convivendo com setores tradicionais atrasados e sempre dispostos a lutar pela manutenção do *status quo*. As crises econômicas e políticas aumentaram a consciência social e política dos diferentes grupos e classes sociais, mas ao mesmo tempo, não foram suficientes para que a sociedade se libertasse das amarras que impediam que grande parte da população participasse do processo político, já que, a centralização do poder, que sempre existiu na cena política brasileira, continuou bastante forte principalmente até o final do primeiro governo Vargas.

As contradições de classe tornaram-se mais evidentes a partir do momento que o sistema oligárquico já não escondia mais as relações de troca espúrias e precárias de uma divisão social do trabalho baseada na subjugação de todo um conjunto de classes sociais inferiores, além da deterioração participativa no conjunto do processo decisório político promovida durante muito tempo através de ligações estreitas coronelistas e clientelistas. Essas relações sociais e políticas de cunho oligárquico-coronelista foram aos poucos sendo colocadas à mostra através do processo integrador quase inevitável entre a grande metrópole capitalista e o setor rural que já não mantém mais o isolacionismo de antes.

Estes choques entre o urbano e o rural, o agrário e o industrial e o comercial e o financeiro foram se desmembrando em diversos grupos e facções de interesses, que, principalmente já a partir dos primeiros anos da década de 1930 demonstram que o capitalismo brasileiro passaria por disputas conflitantes tanto no interior da cultura estamental agrária brasileira quanto da própria disputa capitalista por terrenos mais férteis de inserção de negócios de um capitalismo monopolista ainda em incipiente ascensão.

O conflito e as rivalidades que se abriram a partir da Revolução de 1930 marcam certamente a natureza dos conflitos mais intensos entre os diversos setores da burguesia nacional desde o início do século XX. O que se deve ressaltar nessa mudança na ordem política e econômica já durante as implementações das políticas governamentais de cunho intervencionista é que estas não ocorreram de uma forma previamente planejada, mas que foram sendo acertadas e costuradas politicamente conforme os movimentos políticos no interior e fora do estado com vários grupos e facções em discussão permanentes.

Segundo Ianni⁴:

Todavia, as medidas econômico-financeiras adotadas, as reformas político-administrativas realizadas e a própria reestruturação do aparelho estatal não foram o resultado de um plano preestabelecido. E, muito menos, foram o resultado de um estudo objetivo e sistemático das reais condições preexistentes. O próprio desenrolar das soluções adotadas após 1930 mostra que o governo foi respondendo aos problemas e dilemas conforme eles apareciam no seu horizonte político, por injunção de interesses e pressões econômicos, políticos, sociais e militares. Às vezes e as pressões e os interesses – principalmente econômicos e financeiros – eram de origem externa.

A política paranaense reflete os movimentos políticos e a tentativa burocrático-racionalizante do novo Estado capitalista burguês em ascensão. Mas no caso do Paraná em particular as velhas e tradicionais personalidades políticas mantinham um vínculo maior com os assuntos político-econômicos e estratégicos nesses Estados. Mas as articulações políticas que mantinham as elites anteriores dividindo os espaços de poder na estrutura política, econômica e social do Estado do Paraná em um nível comparativamente maior que no Brasil de forma geral também tiveram que se adaptar às mudanças capitaneadas pelo governo federal. Desta forma, o aparelhamento burocrático estatal começa a tomar forma e contornos mais instrumentais face às necessidades do capitalismo incipiente e das pressões políticas do governo central.

Segundo Oliveira⁵:

Na crise de 1937, novamente Manoel Ribas segue fielmente a orientação do Catete, mostrando, que, tal como em 1932, e com um grau ainda maior de consenso, o Paraná apoiava o Estado Novo. As principais orientações das políticas públicas de Manoel Ribas à frente do governo do Paraná atendiam aos seguintes critérios em linhas gerais: 1) *racionalização e modernização burocrática*: a) o controle e austeridade orçamentária era um dos principais itens de sua gestão, manifesta principalmente na demissão do funcionalismo contratado no regime anterior; b) criação da Secretaria da Agricultura (em 1944); c) criação do Instituto de Identificação da Polícia Civil, do departamento Médico-Legal e do Laboratório do Estado; criação do Departamento estadual de Estatística; 2) *infra-estrutura*: melhoria do sistema de comunicações e estrutura viária com a construção de novas rodovias e benfeitorias nas estradas do estado, além de melhorias no Porto de Paranaguá". A principal novidade foi a construção da Estrada do Cerne, ligando Curitiba com o norte do estado, até Jacarezinho e daí a Londrina. Um dos empreiteiros foi Antonio Lacerda Braga, pai do futuro governador Ney Braga (ef. ALBUQUERQUE, 1994: 40); 3) *educação*: construção e obras em várias escolas, como as instalações do Colégio Estadual, da Escola Agronômica, da Escola de Aprendizes Artífices, da Casa do Jornaleiro entre outras; 4) *fomento à industrialização*: a) implantação da indústria Klabin em Monte Alegre. Esta foi uma medida importante, pois significava o início de políticas públicas de implantação industrial de grande porte no Paraná. O local no qual se formou a Indústria Klabin do Paraná de Celulose S/A era um antigo latifúndio no norte dos Campos Gerais, próximo de Tibagi – A Fazenda Monte Alegre. Em 1932 o banco do estado do Paraná arrematou as terras que pertenciam a uma firma falida e a vendeu para o grupo Klabin. Importantes conexões entre Getúlio Vargas, Manoel Ribas e as famílias Klabin e Lafer forma centrais

⁴ IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, p. 26.

⁵ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Estado novo 1937-1945: notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, p. 53, 1997.

para o sucesso do empreendimento. Nos anos seguintes foi construído um impressionante parque industrial na área, com usinas de energia, cidade para os trabalhadores e todo um conjunto de moderna infra-estrutura no local (ef. CUNHA, 1982: 30-53 e FERNANDES, 1974). Pode também ser citada a implantação da Companhia de Cimentos Portland em Pinhais, região de Curitiba e a estatização da Ferrovia São Paulo-Paraná; 5) *colonização*: a revisão e implantação de uma nova política agrária e de colonização fundiária. Algumas concessões do período anterior foram revistas. A concessão à companhia de Terras norte do Paraná e ao Engenheiro Beltrão foram mantidas; 6) *características gerais do regime*: a) repressão política aos “inimigos do regime”, traço da política nacional do Estado Novo, que no Paraná se manifestou na perseguição aos esquerdistas e à classe trabalhadora e na vigilância e no controle sobre as comunidades de imigrantes.

Mas o dirigismo econômico e político dessa fase da república brasileira merecem um destaque especial, mesmo para uma economia periférica como a do Estado do Paraná que ainda não havia elaborado um plano consistente de planejamento como uma alternativa de desenvolvimento econômico-social, mesmo nos anos da década de 1950, já que o planejamento paranaense ainda não tinha saído do papel, apenas sinalizava intenções.

O que aconteceu nos anos de 1930 foram movimentos políticos em consonância com as necessidades econômicas e os interesses da classe burguesa tradicional e aquelas em ascensão particularmente no Paraná, além de refletir uma tendência da mudança política e econômica nacional de fortes ligações com bastante reciprocidade e identificação com esse Estado.

As políticas públicas colocadas em prática eram sinais de que o Paraná aceitava e propagava as necessidades de mudança político-institucional que conduzia o Estado burguês para uma nova etapa de desenvolvimento capitalista, mas sem excluir, ao contrário do que aconteceu em termos nacionais, pelo menos parcialmente, as elites políticas tradicionais.

Por outro lado, as políticas governamentais adotadas por Manoel Ribas também demonstraram que o Estado do Paraná iniciava uma trajetória rumo a um intervencionismo estatal em assuntos estratégicos de desenvolvimento a partir de uma maior racionalização do poder público e das iniciativas de aprimoramento burocrático estatal com intuito de apoiar o crescimento e desenvolvimento do Estado, já que as crises econômicas suscitavam mudanças profundas na ordem político-institucional com aperfeiçoamento nas formas de gestão e administração pública e com rearranjos múltiplos entre as classes sociais e acordos diversos entre a classe burguesa tradicional e aquela em ascensão que advém da aceleração do processo de urbanização e incorporação de novas classes médias e populares.

Portanto, torna-se importante pensar o Paraná em termos de aderência a uma política de desenvolvimento similar a nacional, mas com uma estrutura econômica-política e cultural própria

onde às classes hegemônicas detinham uma forte influência nos assuntos estratégicos do Estado desde antes da revolução de 1930.

Mas, até que ponto o plano de desenvolvimento paranaense seguiu a trajetória nacional, com que intensidade e como foram organizadas as bases em termos de racionalização técnica e burocrática desse processo que incluía principalmente a burguesia industrial local nova e tradicional, além de compartilhar interesses externos ao Estado do Paraná que se ramificavam e se adequavam as estruturas políticas do período?

2. O DESENVOLVIMENTISMO EM PERSPECTIVA SÓCIO-POLÍTICA: OS DESDOBRAMENTOS ECONÔMICO-HISTÓRICOS DA FASE DESENVOLVIMENTISTA

O desenvolvimentismo não pode ser entendido apenas como um projeto de industrialização planejada, apoiada e executada pelo Estado. A partir desse momento passa ser interessante fazermos algumas diferenciações a respeito do conceito de Estado e Governo.

Segundo Bobbio⁶:

Ao lado do problema do fundamento do poder, a doutrina clássica do Estado sempre se ocupou também do problema dos limites do poder, problema que geralmente é apresentado como problema das relações entre direito e poder (ou direito e Estado).

Desde quando do problema do Estado passaram a tomar conta os juristas, o Estado tem sido definido através de três elementos constitutivos: o povo, o território e a soberania (conceito jurídico por excelência, elaborado por legistas e universalmente aceitos pelos escritores de direito público). Para citar uma definição corrente e autorizada, o Estado é “um ordenamento jurídico destinado a exercer poder soberano sobre um dado território, ao qual estão necessariamente subordinados os sujeitos a ele pertencentes” (Mortati, 1969, p. 23).

Em relação a um conceito de governo podemos utilizar novamente Bobbio que o define da seguinte forma⁷: “assim como em nenhuma comunidade se realiza uma conformidade espontânea e automática às normas sobre as quais se funda o desenvolvimento normal e ordenado das relações sociais, em

⁶ BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 93, 94, 1987.

⁷ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. São Paulo: Ed. UNB, p. 554, 2002.

toda a comunidade política existe um órgão que tem o cômputo de impor as regras de conduta e de tomar as decisões necessárias para manter a coesão do grupo. Este órgão é o Governo.”

Essa estrutura de poder que reflete um pacto básico gerado pelas relações de dominação e que as garante através da coerção e/ou hegemonia (consenso), no âmbito de um dado território podemos chamar de Estado e esse Estado governado através de várias formas de organização da vida política e pela mão de um conjunto de titulares de funções e de agências que detém institucionalmente a capacidade de exercer o poder político é aquela que podemos chamar de governo.

Os governos passam a exercer suas funções e a coordenar as ações do Estado e o desenvolvimentismo faz parte do sustentáculo da fase de transição do capitalismo liberal para o capitalismo monopolista mais dinâmico e robusto, com o apoio da grande maioria da população, cooptada pelo sistema ideológico construído em grande medida pelos potentados detentores do capital econômico, político e intelectual desse país, demonstrando que o consenso prevaleceu na sociedade brasileira, tanto pelo pacto social quanto pela ação hegemônica do Estado, independente dos momentos de coerção que ocorreram regidos por regimes autoritários em determinado período.

Para um país periférico e extremamente dependente do setor agrário-exportador a industrialização precisava ser o ponto de referência e impulsionador das mudanças econômicas necessárias para por em marcha à nova fase de acumulação capitalista. Transformações profundas na base econômica suscitam novas formas de inserção nos diversos projetos estruturais e estruturantes por parte das diferentes camadas sociais e suas interações diante do processo de conformação entre a sociedade civil e política.

Como já havíamos mencionado anteriormente as origens do desenvolvimentismo não podem ser marcadas a partir da ascensão de Vargas ao poder em 1930, mas sem dúvida são arquitetadas como um projeto de fato nesse período.

Segundo Bielschowski⁸: “Ao que tudo indica, o período 1930-45 – sobretudo os anos do “Estado Novo” – marcou um salto qualitativo na ideologia industrialista preexistente, adicionando-lhe elementos básicos para a definição de uma estratégia industrializante”.

Podemos afirmar que a revolução de 1930 abriu espaços para uma nova concepção de Estado burguês com a inserção de novos atores políticos e econômicos, além de propiciar a criação de instituições políticas e econômicas, que anteriormente eram inexistentes. Grande parte da

⁸ BIELSCHOWSKI, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 248.

burguesia rural tradicional não pensava na possibilidade em termos de articulação com os novos atores envolvidos, e também não estava em seus planos, ou até mesmo os industriais ascendentes do final do século XIX para o início do XX.

Essa etapa de expansão do capitalismo monopolista que inaugurava uma nova fase de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas necessitava do aprofundamento e alargamento das forças advindas da indústria.

Nesse aspecto, a revolução de 1930, apesar de no primeiro momento hesitar em termos de compromisso político em favor de uma política industrializante mais incisiva, a ação estatal foi decisiva tanto no sentido de acelerar o movimento econômico real como na tentativa de definir o processo e tomar a iniciativa da instalação de indústrias de base no país.

Os momentos de hesitação e ambiguidades provavelmente ocorreriam em qualquer situação de transição de regime e *modus operandi* político-econômico, mas o marcante e importante nessa primeira fase – 1930-45 era o início da tomada de consciência, pelo menos parcial, da problemática da industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar. É nesse momento que os novos atores civis (políticos profissionais, intelectuais, técnicos, homens de negócios, além das massas populares) e militares irão ampliar os debates e o processo de interação social em um quadro frutífero para iniciar um pacto social que será construído pela ideologia do progresso técnico-científico e da ampliação de espaços de cidadania, pelo menos superficial, amparado pelo Estado provedor do equilíbrio e da estabilidade consensual.

A formação da idéia de que o Estado é o guardião dos interesses coletivos da nação e o provedor do fomento das atividades voltadas ao desenvolvimento ganha força a partir do momento da centralização política que reivindica uma posição de combate, no mínimo indiretamente as desigualdades sociais, com um forte apoio ao desenvolvimento de estruturas tecnoburocratizantes que dão suporte ao capitalismo industrial e as outras esferas econômicas. Cria-se um consenso em torno da necessidade de ampliar os espaços de influência do Estado nos assuntos econômicos a fim de potencializar as forças de mercado, através de incentivos creditícios, investimentos em setores estratégicos que construam as bases do capitalismo monopolista.

Esse consenso, porém, não deve ser visto como uma aceitação fácil de tais idéias, mesmo porque, a cultura do dirigismo, ainda mais em nível tão intenso nunca tinha ocorrido, e a intervenção do Estado, por mais bem vinda que fosse não iria ocorrer sem nenhuma discussão sobre o papel desse mesmo Estado como mola propulsora e articuladora do capitalismo brasileiro.

Essa consciência da necessidade centralizadora do Estado estava em processo de maturação e permaneceu efervescente no período entre 1930-45; não que ela tivesse cessado, mas a primeira etapa era de gestação de idéias e disputas de transição e a segunda, que iria ocorrer nos anos subsequentes até o período militar, foram de crises e intensos conflitos políticos e ideológicos em torno das questões que envolviam a própria ideologia desenvolvimentista e disputas pelo poder e controle dos aparelhos de Estado com suas diversas instituições.

Devido às desordens causadas pela falência da economia mundial e o caos provocado pela Segunda Grande Guerra, além, é claro das dificuldades e limitações da economia agrário exportadora à idéia de centralização e planejamento iria se impor como necessária para assegurar a expansão econômica requerida para alcançar o novo estágio do capitalismo monopolista. A defesa dos interesses nacionais com uma retórica anti-imperialista fazia parte de um discurso que procurava integrar os diversos segmentos da economia que buscavam por necessidade urgente e estratégica ocupar um espaço autônomo de construção e ampliação dos negócios.

O outro aspecto se refere à busca de um pacto social de inclusão das massas anteriormente excluídas através de políticas públicas que favoreciam principalmente a classe trabalhadora através da formalização e criação de empregos, além da coesão social embutida no discurso nacionalista com ênfase no progresso e no desenvolvimento do país capitaneado pelo processo de crença e impulso industrializante.

A partir do segundo momento do processo de industrialização e do desenvolvimentismo brasileiro os debates acerca da trajetória do planejamento e da intervenção do Estado nos assuntos econômicos iria se acirrar tanto no contexto político-econômico quanto no ideológico.

O debate entre o neoliberalismo e o dirigismo exacerbou-se no período entre 1945-64, ambas as posições constituíram a matriz ideológica dos debates sucessivos sobre os rumos da política econômica até praticamente 1964. O início do processo de democratização colocava o Brasil no processo de inserção no cenário político-econômico internacional. A participação dos técnicos, dos políticos profissionais e dos intelectuais formadores de opinião se ampliava muito e a luta ideológica, assim como a disputa política pela inserção e controle do aparelho decisório de Estado se acirrava não apenas a partir de influências internas, mas também por insurgências ideológicas advindas do campo internacional ideológico capitaneado pelos Estados Unidos.

A ideologia do desenvolvimento é perseguida enquanto instrumento primordial na conjugação de forças econômicas e sociais capazes de conduzir o processo de acumulação capitalista e que é, em certa medida patrocinado pelo capitalismo monopolista internacional. Ao

mesmo tempo, as pressões econômicas e políticas internacionais minaram aos poucos as políticas nacionalistas subsequentes, com intuito de diminuir restrições e liberalizar o movimento dos capitais privados internacionais.

O processo de aceitação da intervenção do Estado e a associação entre capital privado internacional, nacional e estatal fazem parte da estratégia de consolidação de interesses transnacionais do capitalismo pós-liberal monopolista mundializado. É nesse pano de fundo que técnicos e intelectuais irão desenvolver debates em torno de estratégias de desenvolvimento levando em consideração pressupostos teóricos e ideológicos inseridos em uma ideologia de maior abrangência e interesse: “a ideologia desenvolvimentista”. Essas discussões amplificaram-se e alcançaram as camadas sociais que anteriormente não tiveram a oportunidade de pelo menos ouvir as propostas do pensamento econômico em debate.

Por parte dos políticos profissionais, das elites empresariais e das próprias forças armadas o engajamento nacionalista com ramificações cosmopolitas dependia não apenas das articulações políticas internas e dos interesses econômicos domésticos, mas também dos movimentos e negociações entre os organismos econômicos internacionais e suas empresas transnacionais e o governo brasileiro e suas empresas estatais e privadas.

Segundo Sola⁹:

Por volta de 1950, em suma, os temas mais conflitivos – o papel e o âmbito da participação do capital estrangeiro, a compatibilidade entre inflação e desenvolvimento (e o diagnóstico relevante em cada caso) – eram a pedra de toque do debate entre os técnicos. Como ocorreu no passado, esses atores políticos chamavam a si uma dupla tarefa: formular as interpretações mais articuladas da economia (e da sociedade) brasileira, tendo como base a formulação de projetos alternativos de desenvolvimento econômico.

A partir do segundo mandato de Vargas o projeto nacionalista abre novos canais de negociação e participação com uma forma de abordagem e interlocução com novos atores sociais, antes excluídos do processo, mesmo porque, o aumento do contingente populacional urbano, a concorrência eleitoral e as disputas por espaços de poder e influência aumentaram muito nesse período, e o Brasil passava a ser um país estratégico na zona de influências comandado pelos Estados Unidos.

As necessidades cada vez mais diversificadas e dinâmicas do sistema econômico que incluía o setor privado nacional, as empresas estatais e o capital estrangeiro, além das demandas sociais das

⁹ SOLA, Lourdes. **Idéias econômicas e decisões políticas**. São Paulo: FAPESP, p.93, 1998.

classes médias urbanas em ascensão e da grande massa trabalhadora impulsionaram o Estado a agir em torno de projetos que contemplassem vários segmentos sociais e em conformação com as elites locais e estrangeiras. Devemos incluir nessa perspectiva uma forte atuação do Estado na economia, principalmente nos setores industriais, com forte inclinação para os setores de base e de infra-estrutura.

Ainda segundo Sola¹⁰:

Desse modo, o processo de industrialização deveria se desenvolver sob a égide de um setor estatal ampliado e racionalizado, cuja meta era reduzir, a médio prazo, as importações de “bens essenciais”, que passariam a ser produzidos internamente. Essa estratégia de industrialização substitutiva, centrada no estado, tinha um duplo objetivo: reduzir a vulnerabilidade da economia brasileira às flutuações na capacidade de importar e garantir o controle nacional dos setores que regulam a dinâmica do processo de acumulação de capital.

A proposta global dos técnicos ligados à Assessoria tinha, assim, como eixo dinâmico, a industrialização intensiva. Isso indica a existência de uma proposta de desenvolvimento já nos primeiros anos da década – etapa considerada por alguns autores como de “industrialização espontânea”.

O paradoxo da ideologia desenvolvimentista residia justamente na disputa ideológica entre blocos de poder distintos, que utilizavam a ideologia para legitimar posições de influência no campo econômico-político, principalmente durante os anos subsequentes de Juscelino na presidência da república. O critério-chave para entendermos os principais conflitos do período baseia-se na divisão das principais correntes macroestruturantes do pensamento econômico nacional desenvolvimentista: os nacionalistas e os cosmopolitas, que se deve em primeiro lugar à defesa dos interesses capitalistas da burguesia doméstica e em segundo a representação dos interesses estrangeiros, cabendo assinalar o processo de inserção do Brasil no cenário do capitalismo internacional.

Todas as questões que envolvem a legitimação do capitalismo monopolista pós-liberal aparecem na forma ideológica de representação dos processos sociais e históricos conforme os interesses dos extratos dominantes no poder, mas ao mesmo tempo busca encontrar formas de inclusão da massa trabalhadora no processo de cidadania através do trabalho formal gerado pelos novos investimentos oriundos das bases de fomento de atividades principalmente voltadas à indústria de base.

Mas esta ideologia que serve de arcabouço teórico conceitual na formatação de uma cultura consensual, ultrapassa as fronteiras das classes sociais e recai sobre a defesa de ideologias

¹⁰ SOLA op. cit., p. 99.

dialeticamente construídas pelo conflito de interesses não apenas na luta de classes, mas no interior do aparelho de Estado e também entre as demais frações de classe, como os empresários, os burocratas civis e militares, os políticos profissionais e os agentes externos, capitaneados pelos órgãos e agências multilaterais patrocinados pelas transnacionais e seus representantes de Estado.

A questão que envolve o desenvolvimentismo inclui também aspectos fortíssimos de soberania nacional, mesmo que vigiados e patrocinados pelo capitalismo financeiro capitaneado pelos Estados Unidos.

Segundo Cardoso¹¹:

Não cabe, pois a discussão das implicações para a soberania nacional das formas possíveis de conduzir o desenvolvimento, discussão que gira em torno da participação do capital estrangeiro no processo de aceleração do crescimento econômico dos países subdesenvolvidos. Se não somos soberanos enquanto nas “retaguardas incaracterísticas”, não se trata de resguardar a soberania, mas de consegui-la. A cooperação internacional que ajuda a promover o desenvolvimento não interfere na soberania do país ao qual se dirige, mas, ao contrário, contribui positivamente para que ele a alcance.

O desenvolvimentismo apesar de potencializar e dinamizar a estrutura da sociedade através da fomentação da atividade produtiva relativiza os problemas relacionados à miséria e a distribuição de riquezas, além da participação política e econômica inexistente de uma parte considerável do país, ainda predominantemente agrário.

Esta análise da estrutura social do país foi relegada a um segundo plano no modelo desenvolvimentista prático, mesmo que o setor agrário brasileiro ainda representasse uma importante fonte estratégica de riquezas e pilar de sustentação para almejados e possíveis superávits externos. Durante a fase de expansão intensiva das atividades produtivas em nível industrial a agricultura foi capaz de responder satisfatoriamente a demanda pelos bens essenciais a reprodução tanto da classe trabalhadora quanto dos demais indivíduos mais afastados dos grandes centros urbano-industriais.

O problema mais uma vez não reside no papel e na capacidade produtiva da agricultura em resposta a demandas cada vez mais crescentes e diversificadas da sociedade brasileira. O problema se encontra na distribuição desses recursos que respondem às necessidades de subsistência dos cidadãos. Geralmente esses excedentes agrícolas foram apropriados pelas classes dos latifundiários, empresários e outros tantos agentes envolvidos no processo de acumulação capitalista e no

¹¹ CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.98, 1978.

decisório, assim como os políticos profissionais, intelectuais organizados em torno do Estado e das fendas e vínculos entre os poderes públicos e privados, nacionais e estrangeiros, e é claro, as demais camadas e extratos sociais que lutam pelo seu espaço de sobrevivência físico-social.

Os sistemas de propriedade da terra, de exploração do trabalho e de transferências comerciais seriam responsáveis pela manutenção dessas disparidades de distribuição de recursos oriundos da agricultura que beneficiariam desde sempre as parcelas mais bem inseridas no processo de distribuição da riqueza da sociedade. Isto significa que as grandes massas rurais não iriam se beneficiar dos excedentes produzidos pela agricultura.

Essas questões relativas ao modelo de desenvolvimentismo que estaria se arquitetando inserido no debate político em torno de modelos de gestão e planejamento de prioridades estratégicas diante do processo de correlação de forças entre diversos setores e segmentos da sociedade, dando destaque às elites técnicas e empresariais, nacionais e estrangeiras, além dos detentores do poder político inseridos na grande arena decisória.

O debate desenvolvimentista ocorre mais profundamente a partir do pós-guerra e procurou explicitar as mais diversas maneiras de enxergar o desenvolvimentismo a partir de várias correntes de pensamento que começavam a despontar como alternativas de planejamento. Esse período tornou-se conhecido não apenas como um debate em torno da controvérsia do planejamento, mas também como um período fecundo de idéias que nasciam de correntes ideológicas distintas que vinham de uma análise profunda sobre as raízes do processo histórico-social da sociedade brasileira.

Segundo Sola¹²:

Em fins de 1944, o papel do Estado na economia brasileira (e no mundo) foi objeto de um debate nos círculos oficiais conhecido como “a controvérsia sobre o planejamento”. Foi na forma de pareceres e relatórios técnicos que se explicitaram as duas posições alternativas típicas – o neoliberalismo e o dirigismo. Ambas constituiram a matriz ideológica dos debates sucessivos sobre os rumos da política econômica que ocuparam a cena nacional até 1956.

E é nessa fase que o engajamento político dos intelectuais e a politização dos técnicos profissionais crescem de forma acentuada puxada pela robustez de um Estado planificado ainda em construção. O discurso ideológico se fortalece em torno das questões que envolvem o progresso, o

¹² SOLA, op. cit., p. 65.

desenvolvimento, o planejamento, a organização e o dirigismo econômico-político, mesmo nos primeiros anos do Estado Novo de Vargas, marcado pelo autoritarismo.

Segundo Covre¹³:

A concepção da ideologia como necessária, como parte “organizativa” da História, como campo de embates, reforça a concepção gramisciana de bloco histórico. A noção propriamente dita de bloco histórico enfatiza que “a estrutura e as superestruturas formam um “bloco histórico”, isto é, o conjunto complexo – contraditório e discordante – das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção... O raciocínio se baseia sobre a necessária reciprocidade entre a estrutura e a superestrutura (reciprocidade que é precisamente o processo dialético real)”. O meio de se ver reforçado pela concepção da ideologia como necessária à História está em que “*as forças materiais são o conteúdo, e as ideologias, a forma* – sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, “*já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais*”.

Portanto, a liderança do bloco intelectual onde estão inseridos os mais diversos atores dos mais variados campos profissionais e estamentos culturais é imprescindível na conquista, manutenção e expansão de espaços onde o privilégio da repercussão da ideologia possa integrar uma parte importante da sociedade civil em favor da disseminação de idéias e valores que contemplam o progresso científico-tecnológico e a racionalidade instrumental do modo de produção capitalista, tendo o desenvolvimentismo como suporte necessário para o alargamento das bases estruturais do capitalismo na sua fase pós-liberal monopolista.

Ainda segundo Covre¹⁴:

A criação da ideologia pós-liberal é fruto de intelectuais de maior organicidade em relação ao capital monopolista, e que podemos marcar o seu desenvolvimento maior no entre-guerras estendendo-se até os nossos dias, embora tenha traços esboçados em precursores, como por exemplo, Comte – se retivermos que este estudioso pode ser tido como iniciador das ciências sociais, com uma dimensão integrativa e que estas ciências sociais vão promover, com o seu desenvolvimento, a possibilidade do planejamento, do dirigismo da História.

É a partir da abordagem geral macroestrutural da ideologia desenvolvimentista em âmbito nacional é que iremos investigar o planejamento do Paraná e suas particularidades quanto ao projeto desenvolvimentista local. Essa etapa do desenvolvimento paranaense teve a contribuição de instituições criadas com o intuito de viabilizar através de políticas públicas específicas os ordenamentos e gestões da infra-estrutura necessária à construção do Paraná moderno como veremos a seguir.

¹³ COVRE, Maria de Lourdes M. **A fala dos homens:** análise do pensamento tecnocrático 64-81. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 280.

¹⁴ COVRE, op. cit., p. 297.

3. O PROJETO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO NA SUA FASE INICIAL: PENSAMENTO, ARTICULAÇÃO E ELABORAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA

O Paraná apenas começa a pensar o seu desenvolvimento industrializante planejado na segunda fase do desenvolvimentismo nacional capitaneado pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek à frente da presidência da república.

Esse projeto de desenvolvimento paranaense começava a ser articulado e colocado em prática no primeiro momento a partir de meados da década de 1950 através do PLADEF (Comissão de Coordenação do Plano do Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná), um órgão criado especialmente para elaborar planos de ação e políticas públicas de fomento ao desenvolvimento da estrutura econômica de base e infra-estrutura necessárias a modernização do Estado.

Paradoxalmente a criação desse órgão de fomento das atividades econômicas, o Paraná produzia uma das maiores safras de café da sua história e ao mesmo tempo se convertia no maior exportador de café do Brasil. Mas a sua dependência em matéria de negócios e divisa com o vizinho São Paulo, e o fato de se tornar refém de uma política agrícola dependente do próprio produto primário-exportador impulsionou os homens responsáveis do planejamento a buscar, pensar, articular e implementar estruturas administrativas de planejamento, fomento e execução de políticas voltadas ao desenvolvimento do Estado via processo de industrialização.

Assim como no plano nacional, o Paraná buscava sair do estrangulamento econômico que vivia; extremamente dependente das condições externas de negociações de seus produtos no mercado internacional. Para isso o desenvolvimento da indústria local era requisito fundamental para impulsionar uma economia relativamente autônoma.

O discurso ideológico fazia parte da construção de novos pilares de sustentação do capitalismo nacional e internacional, mesmo com toda a retórica nacionalista, por mais que o Paraná nesse momento ainda não pensasse nessas articulações. Em certa medida a retórica exclusivamente nacionalista era verdadeira, mas os técnicos, intelectuais e os políticos profissionais sabiam que o convívio com os setores externos era inevitável, de acordo com os arranjos articulados, principalmente em meados da década de 1950 com a implantação do Plano de Metas; mas no caso paranaense a intenção, a princípio, era gerar condições suficientes para que o Paraná fosse menos dependente, apesar de seguir as orientações do plano nacional.

Segundo Oliveira¹⁵:

Tanto nacionalismo quanto à industrialização eram temas comuns à retórica das forças políticas que dominavam a República Populista (1945-1964). Contudo, tais temas conheceram o auge de seu prestígio na vigência do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando o **Desenvolvimentismo** se tornou a ideologia oficial do Estado.

A ideologia desenvolvimentista e as propostas da Cepal encontraram ampla ressonância entre as elites paranaenses preocupadas com o futuro do Estado do Paraná. Por um lado, era visível que o predomínio quase que exclusivo da agricultura de exportação não prometia muito futuro no que diz respeito ao crescimento econômico. Por outro, temia-se a dependência econômica do Paraná com relação ao núcleo do capitalismo brasileiro: o Estado de São Paulo.

As articulações entre os políticos profissionais, empresários, mentores do planejamento (técnicos e intelectuais) e os dirigentes do executivo propiciaram a criação de Codepar que já em 1962 iniciou a sua tarefa de fomentar a atividade empresarial do Estado em atividades principalmente voltadas a indústria. As atividades de infra-estrutura foram as primeiras a receber créditos e investimentos para dar conta do mínimo necessário ao funcionamento de uma economia. Portanto, os setores de energia elétrica, transportes e rodovias, talvez tenham sido os primeiros a receber incentivos e verbas para a construção do suporte capitalista regional.

Antes desse período o Paraná não colocou em funcionamento nenhum mecanismo de investimento, de organização e controle sobre o processo produtivo.

Segundo o caderno do governo Paraná 1961-1965, percebemos que¹⁶:

O Paraná antes de 1960 não aplicou o planejamento à programação de seus investimentos públicos. A Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná-PLADEP, criada em 1955, dedicou-se ao estudo dos principais setores da economia regional e à formação de pessoal especializado.

Esses estudos, inexistentes até então, formaram uma base valiosa para compreensão da realidade paranaense, apontando as principais características de sua estrutura, analisando os pontos de estrangulamento e traçando a linha mestra para a solução da maior parte dos problemas levantados. Esse trabalho foi completado com a elaboração de um estudo global da economia que, apesar de suas limitações, foi o primeiro do gênero realizado no Estado.

Infelizmente, o trabalho em questão foi posto de lado, sem merecer qualquer consideração da parte dos detentores do poder na época.

Na verdade foi a partir do governo de Ney Braga, no final de 1961 que surgiu a proposta de criação de um fundo exclusivamente encarregado de fomentar as atividades produtivas, e em consequência o desenvolvimento econômico. O planejamento e o fomento das atividades produtivas

¹⁵ OLIVEIRA, Dennison. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. p. 47.

¹⁶ PARANÁ. **Caderno do governo:** 1961-65. p. 48-49.

e de infra-estrutura mais elaboradas eram fruto de uma construção não apenas propiciada por um projeto de desenvolvimento ainda em gestação nos anos de 1950, mas também pelo fato do Paraná estar ampliando as suas fronteiras agrícolas com uma forte migração, além é claro da exploração de outras atividades econômicas que vinham surgindo, se diversificando e potencializando.

A população paranaense cresce muito rapidamente nesse período causando um impacto geográfico e econômico intenso. As necessidades de expansão do setor elétrico fazem surgir a Economia Paranaense de Energia Elétrica – Copel, as estradas interligando o sudoeste e norte do Paraná ao Porto de Paranaguá e a cidade de Curitiba, as políticas de investimento educacionais e culturais se estendem.

Segundo Kunhavalik¹⁷:

No decorrer dos anos 1950, período em que ainda se realizava a ocupação do Estado, dá-se alguns passos rumo à integração Estadual em seus diferentes aspectos. Elabora-se, em 1951, o Plano Rodoviário do Paraná (plano que constitui a estrutura viária básica do Estado e que teve suas obras principais finalizadas nos anos 1960). O plano visava, entre outras coisas, ligar o norte do Estado com o Porto de Paranaguá e estabelece uma ligação do Norte com a capital, procurando maior integração social e política.

A Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL também foi criada nesse período (em 1955) com intuito de fornecer energia elétrica como matéria-prima crucial para o desdobramento da infra-estrutura rumo ao processo de industrialização e como parte da base integradora das diversas regiões paranaenses. O aumento enorme do contingente populacional impulsionou a criação de uma empresa que explorasse e fornecesse energia elétrica não apenas às cidades, mas também ao campo. Claro que a iluminação pública se fazia imediata, mas a difusão de eletrodomésticos recém chegados no mercado e a infra-estrutura da base econômica formavam o tripé básico da transformação de fontes de energia incipientes em suporte fundamental ao desenvolvimento.

Kunhavalik ainda aponta:¹⁸ “O governo Bento Munhoz cria, no início dos anos 1950 a COPEL, Companhia Paranaense de Energia Elétrica, empresa de economia mista, que passa a se ocupar do planejamento e da produção de energia do Paraná. No entanto, a COPEL fica abandonada durante a gestão seguinte, de Moisés Lupion”, assim como parte do início dos programas de planejamento.

¹⁷ OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org); KUNHAVALIK, José Pedro; SALLE, Jefferson de Oliveira. **A construção do Paraná moderno**. Curitiba: SETI, 2004. p. 280.

¹⁸ KUNHAVALIK, José Pedro, op. cit., p. 280.

No entanto, as obras públicas iniciadas por Bento Munhoz não tiveram como ser barradas, tanto pelo aspecto técnico quanto político, mas somente, a partir do governo de Ney Amâncio de Barros Braga em 1961 o Paraná impulsiona o processo de industrialização através da criação de instituições de fomento e infraestrutura, além de políticas públicas concomitantes às necessidades do período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção do Brasil industrializado chegou antes mesmo da revolução burguesa datada de 1930. A industrialização brasileira passa a ser concebida ainda de forma incipiente somente na fase final do Império acompanhada do alargamento das bases da urbanização e do aumento do mercado consumidor, além, das inserções dos mecanismos de acoplagem à segunda revolução industrial.

Alguns negócios como seguros, transportes e bebidas, entre outros; muitos desses, administrados por grupos estrangeiros, surgiram no Brasil já no final do século XIX acompanhando a geração da riqueza cafeeira e do ciclo da borracha no norte do país na entrada do século XX.

Esse preâmbulo reforça o pensamento de que o Brasil construiu as suas bases do desenvolvimento de forma tardia e lenta na sua primeira fase, que é justamente aquela em que o Brasil ainda não havia planejado um projeto nacional desenvolvimentista, isto é, entre o final do Império e o final da Primeira República.

As turbulências políticas e econômicas acirradas principalmente nos anos de 1920 impuseram novas agendas e necessidades de combate a crise doméstica e externa; e que, a partir da ruptura dos anos de 1930 a política econômica com dirigismo estatal atuante desenvolve as forças produtivas através da criação de uma dimensão enorme de órgãos e instituições, além de mecanismos institucionais e legais que buscam servir de alicerce ao desenvolvimentismo.

No Paraná ocorreram avanços importantes sob o comando do interventor Manoel Ribas em termos da criação de órgãos e secretarias modernizantes, mas ainda, carecia de um projeto de desenvolvimento, muito em função da ausência de integração entre as regiões do Estado. As regiões do norte paranaense como Londrina e Maringá e do oeste como Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu ainda estavam iniciando o seu processo de construção.

O Paraná nesse período experimentava o esvaziamento do ciclo da erva mate e a ascensão da exploração da madeira, assim como do café, já a partir do primeiro governo de Moisés Lupion. Somente no final do governo Bento Munhoz que o pensamento organizado em termos de um projeto desenvolvimentista passa a tomar forma, a ponto da gestão de Bento no seu final de mandato patrocinar a criação da coordenação de planejamento estadual de estudos sobre o desenvolvimento econômico e social (PLADEP).

A frente desse projeto estavam o coronel e contemporâneo de Ney Braga nas forças armadas Alípio Ayres de Carvalho e o professor Magalhães Filho da UFPR e do futuro IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social).

No segundo governo Lupion, entre meados e o final dos anos de 1950 tanto a recém criada COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) quanto os demais projetos de desenvolvimento foram deixados de lado e somente retomados e ampliados com o comando do governador Ney Braga a partir de 1961. Esses são os primórdios do projeto paranaense de desenvolvimento que culminaram mais tarde na criação do BADEP (Banco de Desenvolvimento Paranaense), do IPARDES e da própria Cidade Industrial de Curitiba já na década de 1970.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **História administrativa do Paraná (1948-1998)**: criação, competências e alterações das unidades administrativas do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2002.

BIELSCHOWSKI, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. São Paulo: Ed. UNB, p. 1209, 2002.

BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

CARVALHO, Alípio Ayres de. **A economia paranaense e suas perspectivas**. Curitiba: Comissão de Coordenação do Plano do Desenvolvimento Econômico do Estado – PLADEP, caderno 1.

CODATO, Adriano Nervo. **A burguesia contra o Estado? Crise política e os rumos da transição**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba: UFPR, 1995.

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO ESTADUAL. **Diretrizes de Ação.** Estado do Paraná, p. 25, 1973

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO ESTADUAL. **Sistema de planejamento do paraná:** experiência institucional. Curitiba: Sistema de Informações para o Planejamento (SIP) e Unidade Produtora de Informações do Paraná (UPI/PR), 1973.

COVRE, Maria de Lourdes M. **A fala dos homens:** análise do pensamento tecnocrático 64-81. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E APLICADAS – IPEA. **A empresa pública no Brasil:** uma abordagem multidisciplinar –. Brasília: IPEA/SEMORE, 1980. Coletânea de monografias.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista. **Da construção ao desmanche:** análise do projeto de desenvolvimento paranaense. São Paulo, 1999. Universidade de São Paulo (USP). Tese de doutorado, 1999.

MAGALHÃES, Marion Brephol. **Paraná:** política e governo. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, Dennison. **Urbanização e industrialização no Paraná.** Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo. **O silêncio dos vencedores.** Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org); KUNHAVALIK, José Pedro; SALLE, Jefferson de Oliveira. **A construção do Paraná moderno.** Curitiba: SETI, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Estado novo 1937-1945: notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945.** Curitiba: Revista de Sociologia e Política, 1997.

Paraná, 1972. **Planejamento, Ação e Progresso.**

PARANÁ. **Caderno do governo:** 1961-65.

PARANÁ. Coordenação de Planejamento Estadual. **Sistema de Planejamento do Paraná:** experiência institucional. Curitiba: Sistema de Informações para o Planejamento (SIP) e Unidade Produtora de Informações do Paraná (UPI/PR), 1973.

PARANÁ. Governo do Estado. Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado (PLADEP). **Programa governamental de desenvolvimento econômico (PGDE), v. I. Estudo n. 23, fev. 1959.**

SOLA, Lourdes. **Idéias econômicas e decisões políticas.**

INTERVENTION THE ROOTS OF STATE AND DEVELOPMENT PROJECT PARANAENSE

Abstract

This article seeks to recover the construction process of the Brazilian developmental stage and late Paraná project in terms of economic and social planning in its early stages of development; remembering that the social rarely attended the priorities of specific public policies that situation. The so-called bourgeois revolution of 1930 headed by Getúlio Vargas became the milestone in the transformation on the basis of Brazil's economic infrastructure guided by the industrialization of the engine from state policies. If Paraná regional development project begins to be thought of only at the end of Bento Munhoz government, when studies of PLADEV arise (Coordination Committee of the State of Paraná Economic Development Plan) in mid 1950. As these transformations They occurred along that path and how this project was tailored in terms of political and economic coordination in Paraná at the beginning; that moves between the archaic and the modern, it becomes the challenge to be known from this approach.

Keywords: Interventionism. Developmentalism. Industrialization.